

APROVADO PORA UNANIMIDADE

30/01/2015
O Deputado Secretário.



PUBLIQUE-SE E
DISTRIBUA-SE

30/01/2015

Voto de pesar n.º 250/XII

Faleceu no passado dia 23 de janeiro, em Lisboa, Miguel Galvão Teles.

Nascido em 1939, na cidade do Porto, Miguel Galvão Teles viria desde jovem a residir em Lisboa, onde estudou na Escola Francesa e nos Liceus Pedro Nunes e Passos Manuel. Seria também na capital que se licenciaria em Direito, em 1962, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com 18 valores, o melhor do seu curso, e onde concluiria também o Curso Complementar de Ciências Jurídicas, em 1963.

O seu brilhante percurso académico, que se traduziu, por exemplo, na atribuição do Prémio Gulbenkian de Ciências Político-Económicas, em 1959, e no Prémio Gulbenkian de Ciências Histórico-Jurídicas, em 1961, foi determinante para o seu recrutamento como Assistente da Faculdade de Direito, logo em 1963, onde viria pouco tempo depois, em 1968, a ser encarregado da regência da disciplina de Direito Constitucional. A sua pedagogia cativante e refrescante é ainda hoje recordada por todos os que tiveram a felicidade de se contar entre os seus alunos. Mais tarde, entre 1976 e 1977 viria a integrar a Comissão de Reestruturação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, contribuindo uma vez mais para a renovação e normalização democrática e académica da sua *alma mater*.

No entanto, foi também no domínio da sua vida profissional enquanto advogado que Miguel Galvão Teles deixou marcas indeléveis na vida jurídica portuguesa, contribuindo para a valorização da profissão e para a formação de muitas gerações de jovens advogados. Advogado desde 1966, jurisconsulto reconhecido, membro do Tribunal Permanente de Arbitragem da Haia, Miguel Galvão Teles foi várias vezes reconhecido pelos seus pares no plano nacional e internacional, tendo sido o primeiro português agraciado, em 2006, com o "Lifetime achievement award" de advocacia, atribuído no quadro dos *Global Awards da Chambers & Partners*.

Para além da sua memória como jurista maior da segunda metade do século XX e do início do século XXI português, ficam também na memória coletiva e são merecedoras de reconhecimento a sua dedicação à *res publica* e à construção do Portugal Democrático. Desde os tempos de estudante se interessou pela vida cívica do País, tem integrado a Juventude Universitária Católica e, na Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, pertenceria ao Conselho Fiscal, na direção liderada por Jorge Sampaio. Aderiu à greve académica de 1962, tendo mesmo participado na organização da defesa dos alunos alvo de processo disciplinar instaurados no seu rescaldo.



Na sequência do 25 de Abril participou na redação do texto-base da Lei nº 3/74, que definiu a estrutura de poder provisória, integrou vários grupos de trabalho *ad hoc* que, a título informal e reservado, acompanharam juridicamente os processos de autodeterminação de Angola e de Timor e apoiou o processo jurídico de elaboração, por Melo Antunes, da designada "contraproposta militar" no âmbito das negociações do 2º Pacto MFA/Partidos.

Conselheiro de Estado entre 1982 e 1986, nomeado pelo Presidente da República para a primeira composição do Conselho de Estado que se seguiu à sua criação na revisão constitucional de 1982, soube colocar o seu apurado sentido jurídico ao serviço do interesse público, ajudando a guiar a consolidação da nossa Democracia Constitucional nos seus anos fundadores.

Aderiu formalmente ao PS em Fevereiro de 1978, saindo, no entanto do Partido em 1985 para ingressar no PRD, partido pelo qual seria eleito Deputado à Assembleia da República na V Legislatura (1987-1991), onde contribuiu com a sua experiência e saber qualificado no processo de revisão constitucional de 1989. Viria a regressar ao Partido Socialista em 2002.

Noutro plano cívico, a sua intervenção na causa da autodeterminação de Timor foi mais um espelho da combinação singular e virtuosa da sua dedicação ao serviço público com uma capacidade de argumentação jurídica ímpar, tendo contribuído de forma determinante para o sucesso da demanda internacional promovida pela República Portuguesa junto do Tribunal Internacional de Justiça no caso da exploração de recursos naturais no Mar de Timor, no caso *Timor Gap*.

O ecletismo dos seus estudos e a diversidade das áreas de saber que cultivou, do Direito Civil e Societário, à Filosofia do Direito, ao Direito Constitucional e ao Direito Internacional Público, são bem a demonstração da grandeza das suas qualidades enquanto jurista, sempre pontuados por uma dimensão cultural e filosófica de rara criatividade e pelo reconhecimento pragmático da necessidade de ligação permanente do Direito à realidade e relações humanas e sociais que visa servir. Nesse sentido, Miguel Galvão Teles combinava, pois, os dois elementos que caracterizam os grandes juristas: uma vasta erudição teórica e sólida reflexão abstrata, aliada a uma dimensão prática que lhe permitia o diagnóstico rigoroso de cada problema e a construção de uma solução o mais justa possível.

Para além da sua intervenção na vida das instituições públicas, Miguel Galvão Teles cultivava também uma dedicação apaixonada ao associativismo clubístico, tendo exercido funções como Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Sporting Clube de Portugal entre 1995 e 2006, passando a partir dessa data a integrar o Conselho Leonino do clube, do qual era o sócio n.º 674. Foi também presidente da comissão instaladora do Tribunal do Desporto, em 2011.



Aqueles que com Miguel Galvão Teles privaram são unânimes no reconhecimento não apenas do seu notável percurso académico, profissional e cívico, como do seu apuradíssimo, inteligente e contagiante sentido de humor e, em particular, da falta que se fará sentir das suas qualidades humanas, éticas e científicas no debate público e cívico.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, presta o sentido reconhecimento e expressa a gratidão pelo serviço cívico e público de Miguel Galvão Teles ao longo da sua vida, endereçando à sua família e amigos as suas sinceras condolências pela perda de um vulto maior da vida jurídica portuguesa contemporânea.

Palácio de São Bento, 30 de janeiro de 2015,

Os Deputados,

Luis Galvão Teles
 Pedro Delgado Alves
 António Rodrigues
 António Rodrigues
 Luís Vale (PSD)

Manuel Monteiro
 António Filipe
 António Filipe

Manuel Monteiro
 Luís Lotte Ramo
 José Luís
 José Luís Moreno
 José Luís Moreno

Vasco Amato